

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO: N°12/2024

RECORRENTE: ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

RECORRIDA: CHT EQUIPAMENTOS LTDA

I - DO RELATÓRIO

Cuida-se de análise jurídica acerca do recurso interposto pela licitante **ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** em face da decisão que classificou a proposta da recorrida **CHT EQUIPAMENTOS LTDA** no certame licitatório realizado sob a modalidade Pregão, forma eletrônica, do tipo menor preço global, cujo objeto é a aquisição de 1 (uma) retroescavadeira 4x4 para atender a necessidade do município de Bocaiúva do Sul/PR.

Em suas razões, a recorrente questiona a exequibilidade da proposta apresentada pela recorrida, sustentando que a empresa **CHT EQUIPAMENTOS LTDA** se beneficiou indevidamente da vantagem da ME/EPP (microempresa e empresa de pequeno porte), conforme a Lei Complementar n° 123/06 e o que está disposto no edital.

Ainda, alega que a empresa vencedora não possui qualidade para se beneficiar da LC n° 123/06, visto que não comprovou sua receita anual através de balanço patrimonial e, também não apresentou a Escrituração Contábil Digital (ECD), conforme Instrução Normativa n° 2.003/2021. Em sua parte concludente, requer a reforma da decisão para



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

desclassificação da proposta da licitante.

Em contrapartida, a recorrida apresentou contrarrazões, argumentando que juntou os documentos de habilitação exigidos no edital e nas legislações pertinentes. Requereu, por fim, que o presente recurso não seja reconhecido e que a decisão do Pregoeiro seja mantida.

É o breve relatório. Passa a opinar.

II.- DO MÉRITO

II.1.DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Em suas contrarrazões, a recorrida afirma que cumpre as exigências constantes no edital, tal qual comprovação da Condição de ME ou EPP, através da Certidão Simplificada, Declaração de Enquadramento e o balanço patrimonial com o Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE e índices financeiros.

Ainda, em consonância com o princípio da vinculação ao edital, a Administração e os licitantes são obrigados a observarem as respectivas normas e condições estabelecidas. E nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento convocatório e a interpretação das normas do edital deverá ser formal e rígida em sua literalidade.

Sob esta ótica, o caso analisado não possui vício de



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

documentação de habilitação e não seria possível o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação.

Sendo assim, o recurso não merece ser conhecido.

II. 2 DA ANÁLISE JURÍDICA QUANTO À DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRIDA CHT EQUIPAMENTOS LTDA

Inicialmente, é válido registrar que o exame jurídico se restringe à parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a sua parte técnica.

A recorrente **ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** afirma que não foram apresentados os documentos necessários para comprovação do benefício concedido à ME/EPP, onde está disposto no edital no item 3.6 e 3.6.1:

3.6 ME e EPP: As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.6.1 Não serão aplicáveis tais benefícios em se tratando de contratação cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Afirma que deveria ter sido juntado o balanço patrimonial e a Escrituração Contábil Digital (ECD), conforme Instrução Normativa n.º 2.003/2021-RFB.

A **CHT EQUIPAMENTOS LTDA**, por sua vez, afirma que apresentou todas as documentações constantes no edital e que



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

restou comprovada o enquadramento como ME (microempresa), atendendo não só as exigências do edital como as legislações que regulamentam o tema.

Em análise à minuta do edital, verifica-se que os documentos para comprovação da condição de ME ou EPP seriam Certidão Simplificada, Declaração de enquadramento e o Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), conforme item 8.5.4. do edital:

8.5.4 Comprovação da Condição de ME ou EPP

- a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;
- b) Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (ANEXO VI);

Nesse sentido, a recorrida apresentou certidão simplificada, a declaração de enquadramento e o balanço patrimonial com o DRE e índices financeiros, suprimindo, portanto, todos os requisitos do item 8.5.4 do edital.

Ainda, restou-se comprovado no balanço patrimonial apresentado que a empresa tem um faturamento inferior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme preleciona a Lei Complementar n.º 123/06, em seu art. 3º. A demonstração de resultado do exercício previu uma receita bruta de R\$11.684,76:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Entidade:	CHT EQUIPAMENTOS LTDA		
Período da Escrituração:	01/07/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	51.164.429/0001-55
Número de Ordem do Livro:	2		
Período Selecionado:	01 de Outubro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		
Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 0,00	R\$ 111.684,76

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
10.412/2019
CNPJ: 37.762.892/0001-78
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br
contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, N.º 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, N.º 620, SALA 607 ED. MUNDO
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA

Sendo assim, considerando a inexistência de indícios de vícios, não se mostra razoável a desclassificação da proposta mais vantajosa à Administração.

III.- CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pelo **JULGAMENTO TOTALMENTE IMPROCEDENTE** do recurso interposto, mantendo-se a classificação da licitante **CHT EQUIPAMENTOS LTDA.**

É o parecer.

Bocaiúva do Sul/PR, 18 de abril de 2024.

JEFFERSON COSTA VILELA PEREIRA

OAB/RJ 221.547

OAB/BA 63.686

OAB/DF 75.483